

ENTREVIVER – DESAFIOS COSMOPOLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS

O dossiê que integra esta edição é fruto da proposta e dos debates transcorridos na VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia – ReACT, realizada entre os dias 16 e 19 de maio de 2017 no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP). Idealizadas e realizadas por uma rede fundada em 2013, que congrega grupos de pesquisa de diversas instituições em torno da antropologia da ciência e da tecnologia no Brasil, as reuniões bienais têm crescido e abarcado cada vez mais pesquisadores e temáticas. Não foi diferente com o tema “Entreviver” da VI ReACT, cujas apresentações nas conferências e mesas estão na maior parte publicadas neste dossiê. Embora os primeiros encontros sejam anteriores à formação da rede e aconteçam desde 2007, com a sua formalização o campo ganha mais visibilidade e mapeamento. A cada nova edição as reuniões ampliam e tornam cada vez mais complexas as reflexões e trocas em torno das ciências e tecnologias.

Nessa edição da ReACT, que foi possível graças ao financiamento e apoio imprescindível da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), IEB/USP, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pró-Reitoria de Pós-Graduação da USP e Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, foram mais de 300 estudantes de pós-graduação e pesquisadores inscritos para a apresentação de trabalho em 24 seminários temáticos, além de quatro conferências e quatro mesas temáticas, com a presença de 30 convidados nacionais e internacionais entre conferencistas, mediadores e debatedores, além de sete apresentações e exibições artísticas com temas relacionados ao evento científico. Os trabalhos apresentados foram posteriormente publicados nos *Anais da ReACT* (v. 3, n. 3, 2017 – <http://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/issue/view/81>).

Essa sexta edição, como os trabalhos a seguir evidenciarão, radicaliza a proposta de inter-trans-in-disciplinaridades, propondo uma pós-disciplinaridade e perspectivas não antropocêntricas que abordem, em conjunto, convergências e divergências das mais variadas em tempos de reviravoltas ontológicas e metafísicas que buscam fazer face (responder, reagir, enfrentar) às crescentes e tão perigosas ameaças ambientais que se mostram intimamente conectadas aos conhecidos (mas agora reiluminados) problemas ditos sociais (políticos, econômicos, culturais). De fato, entre os vários importantes resultados da VI ReACT (de que este dossiê é

testemunha), destaca-se a perspectiva geral de que o social e o ambiental vão sempre juntos e assim vão sendo tomados nas recentes abordagens inovadoras que, não por acaso, se veem diante da exigência de cruzamentos disciplinares mais radicais. Eis por que a sinopse da VI ReACT serviu de guia para atrair os trabalhos em torno da temática “Entreviver” e, do mesmo modo, espelha aqui as intenções deste dossiê. Por isso, vale reproduzi-la:

Coevoluções, codependências, co-respondências. Enredamentos e emaranhamentos. Cruzamentos simbióticos e fazimentos recíprocos desde a origem. Pensar-agir por fragilidade e hesitação, aprender por incertezas, morar no perigo. Realinhar alianças. Mas outros outros: plantas e animais, terras e atmosferas, rios e oceanos, técnicas e objetos. E humanos que nunca foram senão humanos-no-cosmos. Outros pactos e alianças. Redistribuir a palavra, pensar o pensamento: o mundo sob insuspeitado concerto. “A ciência vencerá”, diz o antigo brasão. Mas quem mesmo será vencido? – pergunta que urgentemente se renova. Ecologia e política instaladas ali “onde os anjos temem pisar”. Como agora saber viver-entre? Como entre-morrer? Acorçoar-se, reagir. Pós-disciplinar praticante, a VI ReACT quer seguir valendo-se da (in)vocação da dúvida, abrir-se para aquém e além da antropologia que tão mal descansa em sua originalmente obsoleta unidade de análise. Mas outras pertinências, participações, pertencimentos. Outros possíveis, outros nós. Por uma antropologia não antropocêntrica. Entre-reagiremos.

Optamos por sistematizar os artigos de acordo com os eixos das mesas temáticas do próprio congresso. Algumas das contribuições aqui publicadas são desenvolvimentos/aprimoramentos das falas apresentadas, outras são artigos relacionados às temáticas eleitas no evento. Além das conferências e palestras das mesas temáticas, há traduções preparadas especialmente em diálogo com o espírito da reunião.

Abrimos a edição com um relato espontâneo – “Cosmopolitropicalia: diplomacia animista em São Paulo” – de um dos conferencistas, Peter Skafish, cujas impressões do evento funcionam como espécie de segunda – e estrangeira – apresentação da ReACT. Em seguida, as conferências de Starhawk, Peter Skafish, Marisol de la Cadeña e Tânia Stolze Lima – cada qual entrelaçando perspectivas e domínios que já não se deixam mais tomar como estanques, autônomos ou redutíveis uns aos outros.

A conferência de abertura apresentada pelo antropólogo Stefan Helmreich (MIT) rendeu, em diálogo com a pesquisa de Eliana Santos Junqueira Creado, uma reflexão original e profundamente relevante a respeito do desastre da Samarco Mineração S.A., ocorrido em novembro de 2015. Nesse artigo, Helmreich e Creado exploram a metáfora amplamente utilizada da onda de lama para seguir notícias, experiências e representações sobre o deslocamento de rejeitos de mineração, ocorrido a partir de Bento Rodrigues, descendo rio Doce até atingir o Oceano Atlântico e, em especial, Regência Augusta. Os autores se baseiam em testemunhos oculares, relatórios científicos, notícias, redes sociais, documentários e, ainda, em uma peça de teatro dramatizando o evento, para argumentar que a imagem da onda de lama ajuda a entender os efeitos físicos e simbólicos desse desastre (e crime) ambiental.

Em “Magia, visão e ação”, Starhawk ressalta como as culturas indígenas e as

antigas tradições espirituais centradas na Terra, vindas da Europa e do Oriente Médio, veem o mundo como relacional, como uma teia de vida interconectada. Essa consciência introduz perspectivas fundamentais para enfrentarmos as grandes crises de nosso tempo: colapso ambiental massivo em escala global, além da enorme disfunção social e política dele derivada. Em prol da cura, ela argumenta que é necessário ter uma visão clara de outras possibilidades e mostra como precisamos de ferramentas para a cura de ecossistemas, de sistemas sociais e indivíduos, bem como de estratégias de organização, criação de redes e enfrentamento do poder. Baseando-se em sua ficção visionária e em décadas de trabalho dedicado à permacultura, ao ativismo e à espiritualidade centrada na Terra, ela sugere como podemos levar adiante essa mudança.

Em seu artigo, Peter Skafish parte do caso de Barbara Marciniak, uma médium new age famosa em outros tempos, para, por meio de uma “antropologia dos conceitos”, de uma discussão sobre a virada ontológica na antropologia e a obra de Eduardo Viveiros de Castro, se perguntar como a academia deveria tratar aquilo que considera “irracional”. Em vez de examinar os aspectos de sua ética e de seu conceito de pensamento que convergem com os da racionalidade e pensamento ocidentais, Skafish dedica-se a olhar para os conceitos de Marciniak na medida em que divergem dos modernos.

Em “Natureza incomum: histórias do antropo-cego”, Marisol de la Cadeña discute o modo como o aumento do consumo de minerais e energia levou a uma destruição sem precedentes do que conhecemos como natureza e dos recursos a ela associados, geralmente localizados em territórios habitados por grupos indígenas que reagem politicamente a essa destruição, somando forças com movimentos políticos que protestam contra a destruição do meio ambiente. No entanto, essas mobilizações têm mostrado que a natureza e seus recursos são algo bem mais amplo: o que está sendo destruído são também não humanos, participantes fundamentais de mundos que não são orientados pela divisão ontológica entre ambiente e humanidade, natureza e sociedade. A autora, assim, conceitua o potencial surgimento de uma forma política que o Estado não consegue reconhecer – uma política radicalmente diferente – à medida que vai se tornando público em um âmbito local (ainda que se mostre onipresente em muitos lugares) e em conjunto com o fenômeno geo-histórico conhecido como Antropoceno. Conceitualizando o surgimento de uma política radicalmente diferente como “natureza incomum”, ela argumenta que uma condição de possibilidade para a potencial destruição do mundo tal como o conhecemos é o que chama de “antropo-cego”: um processo de criação de mundo por meio do qual mundos heterogêneos que não se fazem à luz de uma divisão entre humanos e não humanos – nem necessariamente concebem como tais as diferentes entidades que participam de seus agenciamentos – são obrigados a operar com essa distinção, ao mesmo tempo que a excedem.

Tânia Stolze Lima fez o encerramento do evento, que resultou no artigo “A planta redescoberta: um relato do encontro da ayahuasca com os Yudjá”. Seu mote é a retomada do xamanismo pelos Yudjá através do uso da ayahuasca – evento que permitiu à autora, por sua vez, revisitar o perspectivismo ameríndio que passa a ser interrogado na chave do que ela denomina de “pragmática especulativa”. Valendo-se

do conceito de agenciamento de Deleuze e Guattari, Lima reflete sobre os relatos judjá acerca do encontro com o vegetal, o que lhes permitiu recriar conexões entre sonhar e fazer e entre tempos em que passado, presente e futuro se conectam de forma não linear.

Em seguida apresentamos os artigos derivados das mesas-redondas, cujas temáticas foram: Atmosferas cruzadas; Vida multiespécie; Desantropologias; Feitiçarias contrapolíticas, contrafeitiçarias políticas.

A mesa Atmosferas cruzadas foi composta partindo do seguinte questionamento: apesar de recentes investigações antropológicas terem apostado em análises ditas pós-sociais dos modos de existência e habitar que emergem das relações entre pessoas, seres não humanos, vivos e não vivos, meios e paisagens, na maioria das vezes tais estudos limitam-se às superfícies terrestres e aquáticas, mantendo a atmosfera apartada ou ausente da análise. Entretanto, cada vez mais narrativas e práticas de grupos com os quais os antropólogos trabalham dão importância à atmosfera, ao clima e ao tempo em seus múltiplos e complexos processos, fenômenos e mudanças. Como podemos pensar a respeito das atmosferas em diálogo entre ciências naturais, sociais e aqueles com quem trabalhamos fora da academia? A mesa está representada neste dossiê pelo artigo “Entrevivendo em suspensão”, do pesquisador chileno Cristián Simonetti. Nele Simonetti parte de um trabalho etnográfico com mergulhadores profissionais, cujas habilidades e tecnologias são relevantes para o modo como astronautas treinam em terra sua sobrevivência e locomoção no espaço sideral, teorizando sobre o que significa para humanos viver em suspensão. Perseguindo essa temática, pontes são traçadas entre o estar em suspensão, experimentado por alguns humanos, com os desafios que organismos extremófilos enfrentam. Aqui as fronteiras entre orgânico e inorgânico e humano e não humano são tensionadas e borradas.

Abordagem semelhante atravessa os artigos que compuseram o eixo Vida multiespécie. As comunidades que tradicionalmente interessaram a antropologia obrigaram a disciplina a voltar um olhar cuidadoso para os não humanos com os quais se tece a vida. Definida pelo estudo da humanidade, a antropologia tem se visto desafiada a incorporar em suas análises animais, plantas, objetos, astros... Convivências, cooperação, predação, competição, aprendizado mútuo, trocas de agressão e afeto são algumas das relações que estão no cerne da produção da vida em comunidade, a qual não pode mais ser restringida ao humano, ao social (a menos que possamos alargar esses pilares conceituais). Assim, em seu impulso característico de produção de conhecimento, a desestabilização antropológica foi operada em grande medida pela etnografia. De outro lado, a aproximação crescente da antropologia com as ciências biológicas enfatizou que mesmo da perspectiva de nossa mais cara teoria – a da evolução – a humanidade teve sua ontogênese marcada por relações com diversos outros organismos. Não sendo mais possível pensar a espécie humana em si (por si e para si), impõe-se a necessidade de notar processos de coevolução. Trazendo elementos etnográficos de distintas regiões, os trabalhos “Sobre a vida multiespécie”, de Felipe Sússekind, “Macacos também choram, ou esboço para um conceito ameríndio de espécie”, de Uirá Garcia, “Botos bons, peixes e pescadores: sobre a pesca conjunta em Laguna (Santa Catarina, Brasil)”, de Brisa Catão Totti e Gabriel

Coutinho Barbosa, e “Neurobiologia das plantas: uma perspectiva interespecífica sobre o debate”, de Guilherme Soares, exploram formas de descrição que nos possibilitam ampliar os limites da linguagem e do fazer antropológico quando este se volta para os não humanos.

O artigo de Süsserkind apresenta uma discussão sobre a ideia de uma virada multiespécies através de dois passos. O primeiro deles se refere a um questionamento do dispositivo antropocêntrico que opera no pensamento antropológico, discutindo seu processo recorrente de delimitação da vida humana como uma vida qualificada e política, em detrimento da vida animal como desqualificada e mecânica. O segundo passo indica elementos constitutivos de um pensamento ecológico que não fique subordinado ao tipo de reducionismo presente na oposição clássica entre cultura e natureza. A partir desses dois passos, o termo “multiespécies” é discutido em função do diagnóstico do esgotamento do aparato conceitual fundado no exclusivismo do humano e na ideia da natureza como um pano de fundo para as ações humanas.

Garcia discute parte das práticas de conhecimento relativas aos animais e à caça de macacos bugios entre os Guajá (povo indígena do leste amazônico) frente ao agudo processo de destruição de seus territórios – na divisa dos estados do Maranhão e Pará. O artigo explicita as conexões feitas e refeitas continuamente entre os Guajá e esses macacos em um complexo regime que conecta humanos e animais (na caça e na criação, simultaneamente), sem, no entanto, recorrer à ideia de que caça e criação seriam formas complementares de relação com os animais (algo como uma forma “doméstica” e outra “selvagem”). O desafio está em refletir, a partir da “noção indígena de espécie”, sobre como poderíamos pensar outros fenômenos, como, por exemplo, o surto de febre amarela experimentado no sudeste brasileiro no ano de 2017.

O artigo de Totti e Barbosa trata das relações entre botos e pescadores na pesca conjunta de Laguna (Santa Catarina, sul do Brasil). Além de uma descrição geral da atividade, as relações entre botos e pescadores são analisadas no que diz respeito à comunicação cinésica entre eles, à aprendizagem e desenvolvimento de habilidades.

Soares apresenta um balanço do debate ocasionado pelas ideias suscitadas nas ciências das plantas com o advento da neurobiologia das plantas, destacando, a partir das tensões geradas entre diferentes grupos de cientistas, os elementos do que Hustak & Myers chamam de uma “narrativa mais rica”, para além do enfoque reduutivo da biologia contemporânea sobre células e genes, ou de uma lógica evolucionista neodarwiniana com maior atenção ao organismo e seus modos de relação. Uma narrativa que também dê conta da maneira como as plantas se expressam permite desvelar os emaranhados nos quais plantas e cientistas estão envolvidos. Inspirado nas ideias introduzidas no campo interespecífico pela etnografia multiespécies, a hipótese do autor é a de que essas tensões, sozinhas ou combinadas, sugerem modos de acessar a perspectiva das plantas.

Buscando por outros caminhos como responder ao mesmo problema – isto é, como livrar-se das antropologias antropocêntricas, ou como não reduzir as descrições do real ao cultural ou social –, os trabalhos agrupados em torno da temática Desantropologias são: “Por uma antropologia do entre: reflexões sobre um novo e urgente descentramento do humano”, de Stelio Marras; “Virtualidade e equivocidade do ser nos xamanismos ameríndios”, de Pedro de Niemeyer Cesarino;

“O dia em que virei índio: a identificação ontológica com o outro como metamorfose descolonizadora”, de Renzo Taddei.

Marras reflete sobre problemas da antropologia contemporânea ou da antropologia no contemporâneo visando ressituar o objeto da disciplina (o humano e suas relações) face às crescentes ameaças ecológicas do presente e do futuro desse presente. Tais problemas – graves ameaças à biodiversidade e à cobertura vegetal, aquecimento atmosférico, acidificação oceânica, desertificação de paisagens, segurança alimentar etc. – parecem claramente promover um novo descentramento do humano em relação ao cosmos, o que implica repor a pergunta sobre quem ou o que exatamente descrevemos em nossas etnografias. A realidade humana será a realidade do humano? Quem constrói o real quando dizemos, sem maiores pudores, que a realidade é construída? O desafio é o de encarar o fundamento inerentemente antropocêntrico da antropologia (como, de resto, das ciências sociais e das humanidades) como condição para engendrarmos descrições mais realistas e robustas que respondam a esse descentramento e abram passagem a abordagens que nos permitam reconhecer novas coalizões políticas (senão melhor, cosmopolíticas) que apontem para continuidades entre humanos e seus mundos, conforme parte importante do pensamento contemporâneo indica como horizonte possível aí mesmo emergente.

Cesarino explora aspectos dos problemas da tradução e da variação ontológica nos estudos dos xamanismos ameríndios, em especial no que se refere à maneira pela qual se tem pensado as conexões e limites do humano pela escrita etnográfica. Para tanto, seu artigo revisa alguns dos pressupostos relacionados ao uso da noção de ontologia na teoria antropológica, tendo em vista discutir os dilemas relacionados à tradução das cópulas predicativas e suas consequências para a compreensão dos regimes xamanísticos de conhecimento, assentados em configurações virtuais.

O trabalho de Taddei coloca em debate o(s) regime(s) ontológico(s) que embasam os trabalhos antropológicos quando a dimensão ontológica não é explicitamente tomada em consideração. O autor argumenta que, em tais situações, a antropologia adere tacitamente a uma ontologia naturalista e materialista; este fato, como seria de esperar, chamou a atenção dos antropólogos indígenas, muitos dos quais têm feito críticas contundentes à disciplina. O texto apresenta reflexões sobre as dificuldades encontradas pelo autor em seu trabalho etnográfico junto à Fundação Cacique Cobra Coral – entidade ligada à umbanda que presta serviços de alteração das condições meteorológicas, através do espírito do Cacique Cobra Coral, a prefeituras e governos de estado –, em especial no que diz respeito a transformações na forma como a alteridade foi vivida ao longo do processo etnográfico, e propõe que algumas dessas dificuldades podem ajudar a entender as críticas de antropólogos indígenas. O texto busca, então, estender a crítica descolonizadora a práticas institucionalizadas na antropologia que se mostram incompatíveis com o seu próprio discurso libertário e discute algumas das implicações de tais críticas à disciplina.

Recuperando reflexões propostas por Starhawk, com quem abrimos este dossiê, a mesa Feitiçarias contrapolíticas, contrafeitiçarias políticas é inspirada por sua colocação: “a fumaça das bruxas queimadas ainda impregna as nossas narinas”. Ora, como concluiu Stengers, somos herdeiros de uma operação de erradicação cultural e

social que se fez em nome da razão e da civilização. Com Pignarre, Stengers mostrou que essa operação, que queimava feitiçeras em praça pública e condenava as crenças em tais práticas, deu-se concomitantemente com a produção de um tipo ainda mais poderoso de feitiçaria, alienante e fetichista, aquele que emanava do sistema capitalista. Daí o alerta: para se proteger desse sistema supostamente infalível é preciso reapropriar-se da feitiçaria, é preciso nomear-se feitiçeiro para então dar vazão a um desenfeitiçamento em cadeia (saber que nos teria sido roubado).

Os trabalhos “Culpa e cuidado no candomblé baiano”, de Clara Flaksman, “O feitiço e a feitiçaria capitalista”, de Marina Vanzolini, e “Reativar a feitiçaria, retomar a terra e outras receitas de resistência – Pensando com Isabelle Stengers”, de Renato Sztutman, oferecem reflexões sobre como enfrentar esses desafios, recuperando o ativismo neopagão contemporâneo num combate aberto com o modo de vida capitalista, assim reiluminando os estudos sobre povos indígenas e sobre religiões afro-brasileiras, mundos nos quais feitiçarias e contrafeitiçarias jamais deixaram de operar, revelando-se muitas vezes mecanismos de resistência e conjuração do poder.

Flaksman nos apresenta materiais etnográficos relativos à feitiçaria (e muitos outros temas que a atravessam) com o objetivo de discutir a inadequação de certos conceitos “nossos” para a descrição de realidades ancoradas em outras premissas. Após afirmar que, inicialmente, soava como paranoia a preocupação constante da maioria dos filhos de santo que conhece em relação ao risco de serem vitimados por algum feitiço, a autora demonstra em seguida como essa noção está atrelada ao que o etnopsiquiatra Tobie Nathan denominou “sociedade de universo único”. Bem ao contrário, o candomblé baiano poderia ser caracterizado, ainda segundo a terminologia de Nathan, como uma “sociedade de universos múltiplos”. O artigo apresenta, assim, uma reflexão tanto acerca da necessidade de pensarmos um léxico adequado à descrição de outras realidades quanto uma análise do modo de existência das pessoas do candomblé com quem a autora conviveu.

Numa tentativa preliminar de formular uma hipótese sobre transformações particulares ocorridas entre os Aweti (grupo tupi do Alto Xingu), Vanzolini questiona se há uma relação, e qual, entre essas mudanças e a feitiçaria. A autora destaca a existência de uma percepção comum aos pesquisadores da área do Alto Xingu de que a região vem passando por mudanças significativas associadas ao aumento do afluxo de dinheiro e bens industrializados ao longo da última década ou mais. A proliferação da feitiçaria, poderíamos supor, é o efeito da desorganização social causada por um fator externo, político ou econômico, sendo traduzida pelos índios como feitiço. Se isso fosse verdade, seria necessário admitir que os Aweti não entendem a verdadeira natureza do que os afeta; não entendem sequer de onde vem o problema. Mas essa é uma resposta à qual Figueiredo procura resistir, pois ela não parece fazer jus ao pensamento xinguno. Resistir à tentação de achar que nós sabemos mais ou melhor do que eles, ou que sabemos o que é melhor para eles, é também compreender qual a forma, ou uma delas, que a resistência à captura capitalista pode tomar no mundo aweti.

O ensaio de Sztutman busca explorar os sentidos que *reclaim* – cuja tradução oscilará entre “reativação” e “retomada” – assume em textos de envergadura mais política da filósofa da ciência Isabelle Stengers. Num diálogo constante com a

escritora e ativista neopagã Starhawk, Stengers discute as possibilidades de reativar ou retomar certas práticas marginalizadas e desqualificadas pelo mundo moderno-capitalista – como a magia e a feitiçaria – vendo aí modalidades de resistência política e possibilidades de recuperação de um “comum”. O foco será lançado em dois livros de Stengers – *La sorcellerie capitaliste* (com Philippe Pignarre) e *Au temps des catastrophes* (*No tempo das catástrofes*, com tradução brasileira) – nos quais são tematizadas receitas de resistência, que exigem práticas de “desenfeitiçamento”, bem como um alinhamento com Gaia. O ensaio conclui com a proposta de aproximação do *reclaim* de Stengers e o movimento recente de retomada de terras por povos indígenas no Brasil.

Dado o volume do dossiê, o presente número comporta apenas dois artigos externos às publicações derivadas da ReACT.

Em “The role of exoticism in international contemporary art in the era of globalization – an empirical study of international art magazines from 1971 to 2010”, a partir de uma sistemática e rigorosa pesquisa empreendida em diversas revistas de arte contemporânea, compreendendo o intervalo de 1971 a 2010, Kususuk Yun (doutor em Sociologia pela Université de Paris VIII e pesquisador do Asia Culture Institute – Coreia do Sul) analisa o modo como os discursos se referem às produções dos artistas orientais, notadamente os provenientes do Japão, China e Coreia do Sul. Contrariando a crença difundida de que o mundo da arte estaria cada vez mais globalizado e democrático, o autor aponta o quanto os discursos mobilizam e produzem valores sobre um suposto “exotismo” dos artistas orientais. Trata-se de um fenômeno que atinge especialmente os países tidos como “periféricos” no sistema da arte contemporânea, fomentando comparações possíveis com o Brasil.

Vagner Camilo desenvolve, em “D’a terra devastada à tempestade: José Paulo Moreira da Fonseca e a recepção poética de Eliot na lírica brasileira dos anos 1950”, um estudo crítico sobre a recepção do poeta T. S. Eliot no Brasil, nos anos 1940. Toma como centro de sua análise o poema “A tempestade”, de autoria do escritor-pintor carioca José Paulo Moreira da Fonseca, e faz um levantamento do diálogo intertextual mantido com o autor de *The waste land*, além de estender a discussão para o campo das artes plásticas.

Max Luiz Gimenes analisa, na seção Resenhas, um clássico da intelectualidade brasileira, a saber: *Os parceiros do Rio Bonito*, de Antonio Candido. Originalmente escrito como tese de doutorado, defendida em 1954, foi publicado uma década depois pela editora José Olympio. O resenhista faz uma retrospectiva da obra e da recepção que teve ao longo do tempo, mostrando as diferenças sociais existentes entre a atualidade e o momento de sua concepção.

A seção Documentação desta *RIEB* 69 também integra o presente dossiê. Nela, publicamos traduções de artigos que julgamos fundamentais à verdadeira reviravolta antropológica para a qual este dossiê busca contribuir. São eles: “Qual cosmos, quais cosmopolíticas? Um comentário sobre a proposta de paz de Ulrich Beck”, de Bruno Latour, “A proposição cosmopolítica”, de Isabelle Stengers, e “Problemas de comunicação entre cetáceos e outros mamíferos”, de Gregory Bateson.

A fala de Ailton Krenak – indígena cuja destacada presença na militância e no pensamento sobre os direitos da terra e dos índios no Brasil dispensa maiores

apresentações – foi originalmente proferida em conferência na VI ReACT, depois textualmente preparada pelos coordenadores deste dossiê, revisada pelo autor, mas, como já foi publicada em livro, restou-nos convidar o leitor a conhecer as luminosas e pertinentes palavras de Krenak no *site* do evento (<http://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/issue/view/81>).

Por fim, algumas palavras sobre as imagens que integram a publicação e compuseram a parte visual da VI ReACT. De autoria da naturalista Maria Sibylla Merian, elas guardam uma peculiaridade em relação ao universo de desenhos científicos: as espécies não são retratadas isoladamente, mas emaranhadas. As ilustrações aqui escolhidas são produto de uma viagem que Merian realizou em 1699 ao Suriname. Ela e uma colega eram as únicas mulheres a bordo. Por sua condição feminina, Merian não desbravava a floresta com os demais expedicionários. Antes, seu caminhar era orientado e guiado por escravos indígenas e africanos. É nesse contexto que ela retrata as relações e transformações de distintas espécies. Como cooperação, tensão ou simples convivência, os desenhos de Merian retratam uma dança vital em que entes ou seres heterogêneos se enovelam.

Mais do que registrar algumas das reflexões promovidas na VI ReACT, esperamos que esta coletânea possa engrossar o coro de uma antropologia que se devora e se decifra a si mesma – e tal como condição para a sua ininterrupta metamorfose e vitalidade. Para isso, é preciso enfrentar desestabilizações de suas próprias fronteiras e assim aventurar-se além, sem jamais obliterar os comprometimentos com os sujeitos que historicamente figuraram como seu objeto disciplinar. De mais a mais, a disciplina vê-se hoje constringida a expandir sua abrangência, de modo a abordar sujeitos e temáticas que até então lhe eram inauditos, tais os que a tradição moderna reservou ao domínio das ciências naturais e exatas. Eis que agora o social não se deixa mais tomar, não sem resistências, como antropocêntrico. O chamado, como anunciado na proposta do evento, é por outros pactos e alianças: redistribuir a palavra, (re)existir, saber entrever.

André S. Bailão¹, Jamille Pinheiro², Joana Cabral de Oliveira³, Marisol Marini⁴,
Renzo Taddei⁵, Stelio Marras⁶
Organizadores

1 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

2 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

3 Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Campinas, SP, Brasil).

4 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

5 Universidade Federal de São Paulo (Unifesp, Santos, SP, Brasil).

6 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

SOBRE OS AUTORES

ANDRÉ S. BAILÃO é doutorando em Antropologia Social na USP e pesquisador dos grupos Etno-História do Departamento de Antropologia da USP e Laboratório de Estudos Pós-Disciplinares (Lapod/IEB/USP).

JAMILLE PINHEIRO é doutora em Letras Modernas pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP) e pesquisadora do Lapod/IEB/USP.

JOANA CABRAL DE OLIVEIRA é professora de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), coordenadora do Lapod/IEB/USP e membro-pesquisador do Centro de Pesquisa em Etnologia Indígena (CPEI/Unicamp).

MARISOL MARINI é doutora em Antropologia pela FFLCH/USP, pesquisadora do Lapod/IEB/USP e do Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença (Numas/USP).

RENZO TADDEI é professor de Antropologia da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), onde coordena o Laboratório de Pesquisas em Interações Sociotecnicoambientais (Lista), e membro do Lapod/IEB/USP.

STELIO MARRAS é professor de Antropologia do IEB/USP, coordenador do Lapod/IEB/USP e membro-pesquisador do Centro de Estudos Ameríndios (CEstA/USP).

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi69p13-22>